

Nota de Políticas Públicas

n. 02/2016

Para além das manchetes: fatos e dados sobre as eleições municipais brasileiras (1996-2016).

por Raduan Meira e Carlos Góes

Sobre o Instituto Mercado Popular

O Instituto Mercado Popular é um laboratório de políticas públicas. Nossa missão é racionalizar e democratizar o debate político e econômico no país, provendo alternativas políticas baseadas no estado da arte da evidência científica, disseminando essas ideias entre a população e facilitando transformações que contribuam para uma sociedade livre, aberta e justa.

Conselho Executivo

Carlos Góes (Presidente), Luciana Nominato, Pedro Menezes, Gustavo Oliveira e Irapuã Santana.

Diretoria Executiva

Gustavo Oliveira (COO), Pedro Menezes (CCO), Luciana Nominato (CPO), Carlos Góes (CRO), Vinícius Daly (Co-CTO), Apolinário Passos (Co-CTO).

Departamento de Pesquisa

Carlos Góes (Pesquisador-Chefe), Raduan Meira (Diretor de Modelagem Política), Davi Lyra (Diretor de Política de Saúde e Drogas) e Anthony Ling (Diretor de Urbanismo e Zoneamento).

Disclaimer

As opiniões e recomendações expressas nas Notas de Política Pública do Instituto Mercado Popular são exclusivamente de seus autores e não necessariamente representam a posição do Instituto Mercado Popular, de seu Conselho Executivo ou de seus Chefes e Diretores.

Licença

Este texto, seus gráficos, bases de dados e códigos de computador são distribuídos sob a licença Creative Commons Atribuição, versão 4.0 Internacional. Você deve atribuir o devido crédito aos autores e ao Instituto Mercado Popular, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer forma razoável, mas não de uma forma que sugira que o licenciante o apoia ou aprova o seu uso.

Dados, Códigos e Gráficos

O Instituto Mercado Popular tem um compromisso com a reprodutibilidade das análises e modelos publicados sob sua marca. Os dados utilizados para a construção dos gráficos e modelos estatísticos deste artigo, se existentes e não proprietários, serão disponibilizados em www.github.com/omercadopopular. Sempre que possível, os códigos de computador utilizados também serão disponibilizados. Caso você não consiga encontrar os dados em nosso repositório e os queira, contacte diretamente os autores.

Como citar esta publicação?

Meira, R.; Góes, C. (2016). "Para além das manchetes: fatos e dados sobre as eleições municipais brasileiras (1996-2016)". *Nota de Política Pública n. 02/2016*. São Paulo: Instituto Mercado Popular.

Para além das manchetes: fatos e dados sobre as eleições municipais brasileiras (1996-2016).

por Raduan Meira e Carlos Góes¹

SUMÁRIO EXECUTIVO

- Uma importante transformação estrutural no eleitorado brasileiro nas últimas décadas é a elevação do nível educacional dos eleitores, com o percentual de eleitores com ao menos o ensino fundamental completo subindo de 45% (2000) a 65% (2016).
- A despeito disso, não se alterou a contínua alta fragmentação partidária no nível municipal: 26 agremiações partidárias conseguiram eleger pelo menos um prefeito nas eleições desde 1996 e o número de “partidos efetivos” subiu de cerca de seis (em 1996) para cerca de dez (em 2012).
- A ampla fragmentação partidária existente no Brasil leva à tendência de que todas as agremiações partidárias se aliem entre si.
- Apesar disso, ao contrário do que muitos presumem, as tendências de aliança e vitória presentes nas eleições federais também se refletem no âmbito municipal. A história política municipal brasileira dos últimos 20 anos se moveu em paralelo à política nacional.
- Os partidos aliados ao governo federal tenderam a ganhar muito mais espaço, em relação à eleição anterior, do que os partidos que faziam oposição.
- Como no nível federal, entre 1996 e 2012, dois grupos ideológicos (que orbitam PT e PSDB, respectivamente) disputaram dominância no nível municipal enquanto um grupo fisiológico manteve sua fração de prefeituras razoavelmente estável durante esse período.
- No mesmo período, também ocorreu uma importante modificação estrutural do grupo “fisiológico”: enquanto em 2000 o PMDB detinha cerca de metade das prefeituras de tal bloco, em 2012 o número era de apenas um terço.
- A presença do PT é mais relevante, em termos relativos, para os partidos com que tem afinidade ideológica (PCdoB e PDT, por exemplo) do que aqueles que faziam oposição a seu governo (PSDB, DEM e PT).
- Similarmente, o PSDB é mais importante para seus tradicionais aliados (PPS e DEM) e pouco relevante para seus rivais (PT e PCdoB)
- O PMDB tem uma importância similar para a vasta maioria das legendas, o que confirma a hipótese de que partidos do bloco fisiológico da política brasileira formam alianças simplesmente para maximizar ganhos eleitorais, sem construir maiores padrões de organização ideológica.
- Em 2016, seria razoável se esperar um afastamento entre PMDB e PT em do processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, mas o número de alianças entre o PT e o PMDB não é substancialmente diferente do número de alianças entre PMDB e PSDB.

¹ Raduan Meira é Diretor de Modelagem Política do Instituto Mercado Popular. Carlos Góes é Pesquisador-Chefe do Instituto Mercado Popular.

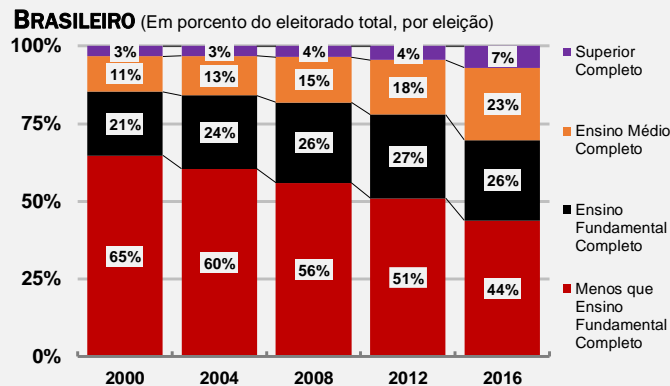
INTRODUÇÃO

Este trabalho relata a evolução das eleições para prefeito entre 1996 e 2012 e traça um panorama para as eleições de 2016. Primordialmente, faz-se uma exposição de agregados compilados de microdados do Tribunal Superior Eleitoral e a estes se somam cortes analíticos quantitativos e qualitativos.

Em 2016, o Brasil tem 144 milhões de eleitores distribuídos em 5.568 municípios, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Uma democracia dessa magnitude torna complexa a tarefa de resumir as idiosincrasias regionais e locais de forma acessível.

Uma importante transformação estrutural no eleitorado brasileiro nas últimas décadas é a elevação do nível educacional dos eleitores. Como só maiores de 16 anos podem votar, o efeito da universalização do ensino básico ocorrida nos anos 1990 foi observado no eleitorado com alguma defasagem. Em 2000, 65% dos eleitores tinham menos do que o Ensino Fundamental Completo. Em 2016, menos de uma geração depois, esse percentual tinha sido reduzido em mais de 20%, para 44% da população.

FIGURA 1. BRASIL: NÍVEL EDUCACIONAL DO ELEITORADO



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



A despeito dessas mudanças estruturais, manteve-se constante a alta densidade partidária brasileira: 26 agremiações partidárias conseguiram eleger pelo

menos um prefeito nas eleições desde 1996². A consequência natural disso é a baixa média de prefeituras por partido, aproximadamente 1,8% nas últimas quatro eleições municipais.

Tabela 1. Brasil: Porcentagem de prefeituras comandadas por cada partido, em percento do total de municípios (1996-2012)

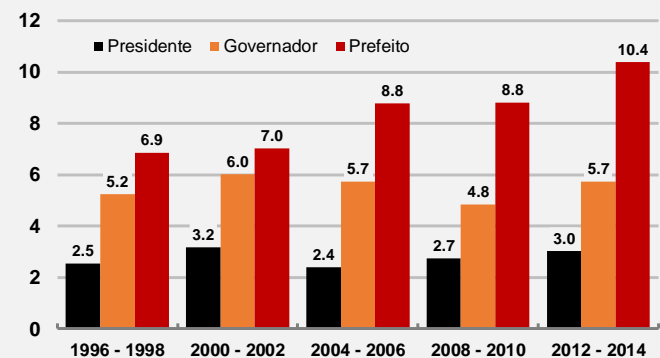
	1996	2000	2004	2008	2012
Mediana	1,1%	1,0%	1,4%	1,3%	1,7%
Média	1,9%	1,8%	1,8%	1,8%	1,8%

Fonte: Cálculos dos autores com microdados do TSE.

Além disso, o número de partidos com chances eleitorais pode ser observado pelo aumento da quantidade de “partidos efetivos” de cerca de sete (em 1996) para cerca de dez (em 2012)³. Esse aumento denota uma maior fragmentação partidária que contrasta com as tendências observadas em outros cargos majoritários (como Presidente e Governador), que mantiveram-se relativamente próximas a suas médias históricas.

FIGURA 2. BRASIL: NÚMERO DE PARTIDOS EFETIVOS

(Em número de partidos ajustados por seus tamanhos relativos)



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral e Gallagher, Michael (2015). “Election indices dataset”.



UMA HISTÓRIA DE FISIOLÓGISMO: CARACTERÍSTICAS DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS ENTRE 1996 E 2012

A ampla fragmentação partidária existente no Brasil leva à tendência de que todas as agremiações partidárias se aliem entre si. À primeira vista, essas

² Deste número já se excluiu a fração de partidos distintos que, elegendo prefeitos, fundiram-se posteriormente. Este é o caso de PL, PRONA, PGT e PST, que foram se fundindo no que é hoje o PR.

³ O “número efetivo de partidos” é um índice que mede a fragmentação do sistema partidário ajustando pelo tamanho do apoio a cada partido. Matematicamente, o número efetivo

de partidos é definido da seguinte maneira: $N_t = 1 / \sum_{p=1}^P s_{p,t}^2$, em que $s_{p,t}$ é a fração do total de prefeituras, governadores ou votos para presidente para o partido p no ano t . As proporções estão normalizadas de modo que $\sum_{p=1}^P s_{p,t} = 1 \forall t$.

alianças não têm consistência ideológica e variam conforme as necessidades locais, com as legendas buscando maximizar o tempo de exposição em propaganda obrigatória ou o número de cadeiras em alianças municipais⁴.

Entretanto, fazendo-se um recorte analítico mais cuidadoso, percebe-se que a história política municipal brasileira dos últimos 20 anos se moveu em paralelo à política nacional. Há dois grupos de partidos que representam as forças que já estiveram na presidência durante esse período. O primeiro grupo, que orbita o PSDB, inclui PFL/DEM e PPS (pós-2002). O segundo, que orbita o PT, inclui PCdoB, PSB, PDT, PR e PPS (até 2002).

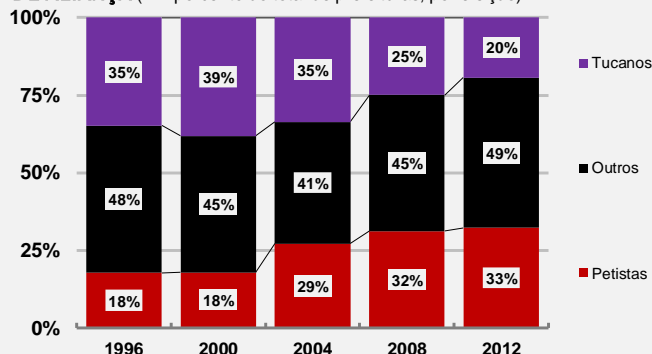
Há um terceiro grupo que forma um importante meandro, majoritariamente fisiológico, que domina entre 40% e 50% das prefeituras brasileiras. Este grupo, em sua maioria, é atraído por quem está no governo, independentemente de objetivos programáticos, sem buscar ter uma visão ideológica clara.

Neste modelo, toma-se como regra que somente os grupos petista ou tucano são oposição firme a um dado governo – e que o terceiro grupo é sempre governista, não importando quem esteja no comando do cargo. Obviamente, há importantes exceções para essa regra. PSOL, PCB, PSTU, PCO, REDE e NOVO são ideológicos, apesar de não necessariamente alinhados com nenhum dos polos. Esses partidos, contudo, são de tamanho muito reduzido, vários deles nem sequer tendo alguma prefeitura, de modo que sua presença no agregado do grupo “fisiológico” não altera a análise das tendências temporais do grupo. Novos partidos, como o SD, são atualmente contrários ao PT num nível nacional, mas ainda é muito cedo para saber em qual desses grupos ele será alocado. Apesar de ser uma simplificação, esta classificação é útil na medida em que torna mais fácil a interpretação de tendências que se perdem em meio à miríade de partidos existentes no Brasil.

Tomando como base esses três grupos, observa-se que o sucesso de cada um dos polos esteve, na esfera municipal, diretamente correlacionado com o sucesso de PT e PSDB na esfera nacional. Em geral, o grupo “tucano” perdeu espaço em paralelo à perda da

presidência (ainda que com alguma defasagem), enquanto o grupo “petista” passou a avançar.

FIGURA 3. BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DE PREFEITURAS, POR BLOCO DE ALIANÇA (Em porcento do total de prefeituras, por eleição)



Fonte: Cálculos dos autores com dados do Tribunal Superior Eleitoral.
Nota: Tucanos = PSDB, DEM/PFL e PPS (pós 2002); Petistas = PT, PCdoB, PSB, PDT, PR e PPS (até 2002).



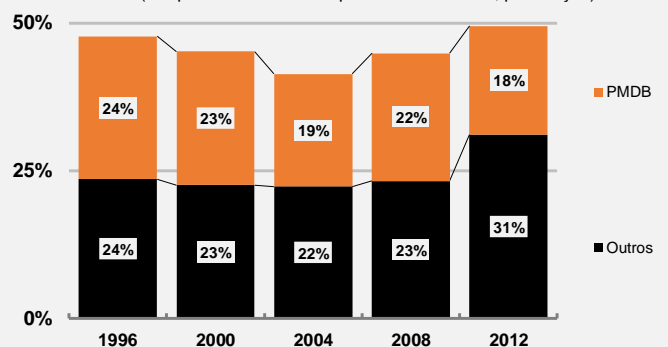
Durante os últimos 20 anos, as prefeituras migraram de “tucanos” para “petistas”, mas o percentual dos partidos fisiológicos manteve-se relativamente estável. Houve uma leve variação negativa entre 1996 e 2004 e uma variação positiva entre 2004 e 2012, o que talvez indique a existência de um “estado normal” para a política municipal brasileira, com os dois polos ocupando entre 50-60% das prefeituras, enquanto os fisiológicos ocupam entre 40-50%.

No mesmo período também ocorreu uma importante modificação estrutural do grupo “fisiológico”: enquanto em 2000 o PMDB detinha cerca de metade das prefeituras de tal bloco, em 2012 o número era de apenas um terço. Esse processo está relacionado ao surgimento de novos partidos fisiológicos, como o PSD, que abrigaram os desertores do grupo “tucano” sem que esses migrassem diretamente para o grupo “petista”.

⁴ “A formação de alianças constitui, pois, a melhor estratégia tanto para os grandes partidos como para os pequenos. De um lado, ao se coligar com um grande partido que lança uma candidatura ao governo do Estado, os pequenos partidos garantem sua participação na coligação para as eleições proporcionais, aumentando suas chances de conquistar uma cadeira na Câmara dos Deputados ou nas assembleias

legislativas. De outro, ao se aliar aos pequenos, os grandes partidos aumentam seus recursos eleitorais (o que inclui tempo maior de propaganda eleitoral no rádio e na televisão) e, portanto, suas chances de vencer a eleição majoritária”. KINZO, Maria D’Alva G. “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985.” RBCS, fev de 2004: 23-41

FIGURA 4. DISTRIBUIÇÃO DE PREFEITURAS DO BLOCO FISIOLÓGICO (Em percento do total de prefeituras do bloco, por eleição)

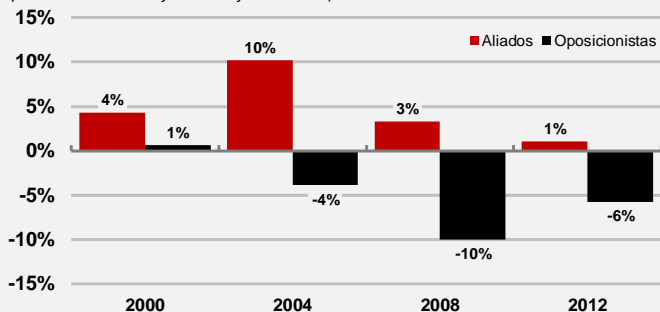


Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral. Nota: O bloco fisiológico são todos os partidos excluindo-se "tucanos" e "petistas". Tucanos = PSDB, DEM/PFL e PPS (pós 2002); Petistas = PT, PCdoB, PSB, PDT, PR e PPS (até 2002).



Os partidos aliados ao governo federal tenderam a ganhar muito mais espaço, em relação à eleição anterior, do que os partidos que faziam oposição. Apesar da amostra ser pequena, esse fato parece desafiar a ideia, muito disseminada, de que as eleições municipais estão descoladas do contexto nacional.

FIGURA 5. VARIAÇÃO DE GANHOS EM PREFEITURAS, POR ALIANÇA COM O GOVERNO FEDERAL (Variação percentual do total prefeituras em relação a eleição anterior)



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral. Nota: Denota a variação de percentual de prefeituras alcançadas pelos grupos "tucanos" e "petistas" em relação a eleição municipal anterior. "Tucanos" são aliados em 2000 e "petistas" são aliados em 2004, 2008 e 2012. Tucanos = PSDB, DEM/PFL e PPS (pós 2002); Petistas = PT, PCdoB, PSB, PDT, PR e PPS (até 2002).

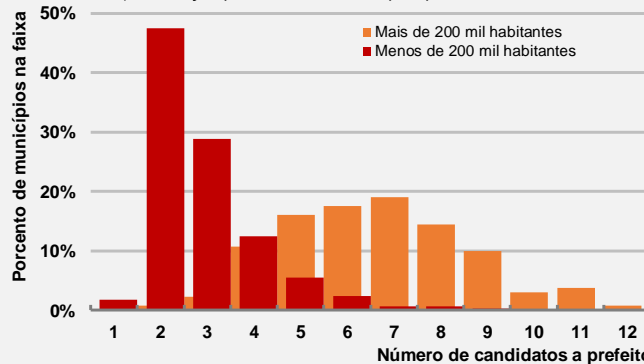


AS ELEIÇÕES DE 2016: MUNICÍPIOS E PARTIDOS

Cerca de metade dos municípios brasileiros têm até dois candidatos nas eleições de 2016: essa realidade é decorrência da descontinuidade imposta pela lei eleitoral quanto a realização do segundo turno⁵. Como a lei eleitoral determina que municípios com menos de 200 mil habitantes não tenham segundo turno, esses

tendem ao bipartidarismo, enquanto nas cidades maiores a distribuição de candidaturas é mais heterogênea.

FIGURA 6. ELEIÇÕES 2016: DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS A PREFEITO (Distribuição percentual de municípios por número de candidaturas)

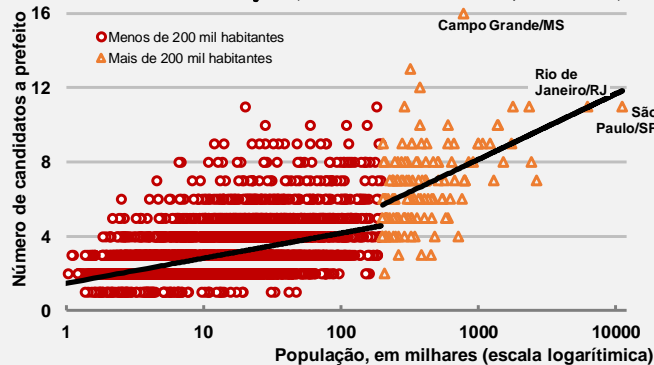


Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE.



Cidades maiores tendem a ter eleições mais competitivas: em média, cada vez que a população da cidade dobra, o número de candidatos aumenta em 0,7. Por causa da regra eleitoral, esse efeito é mais acentuado em cidades com mais de 200 mil habitantes, o que explica a linha de regressão mais inclinada no gráfico abaixo. Em 2016, Campo Grande é a cidade que mais foge à regra populacional, com seus 16 candidatos a prefeito – o dobro dos oito previstos por sua população.

FIGURA 7. ELEIÇÕES 2016: NÚMERO DE CANDIDATOS À PREFEITURA E POPULAÇÃO (Em número e milhares, respectivamente)



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral e do IBGE.

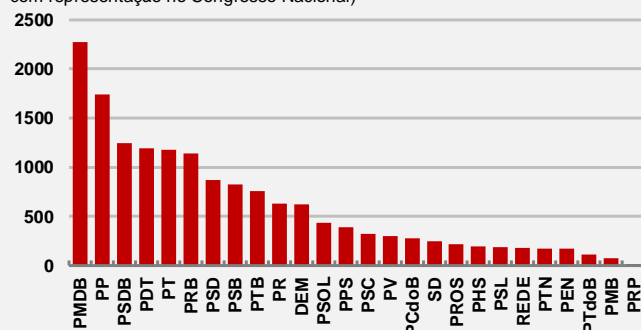


⁵ Na literatura de Ciência Política, essa tendência ao bipartidarismo em eleições em que o vencedor precisa da maioria simples (o maior número de votos entre os diversos candidatos) mas não a maioria absoluta (metade dos votos válidos mais um voto) é conhecida como Lei de Duverger.

Para detalhes, ver: Duverger, M. (2003) "Duverger's Law: Forty Years Later." In: Grofman, B. & A. Lijphart. Electoral laws and their political consequences. New York: Agathon Press.

Os partidos que mais encabeçam chapas nas eleições de 2016 são PMDB, PP, PSDB, PDT, PT e PRB. Todos esses são cabeças de chapa em mais de 1000 municípios distintos. Tal constatação não é necessariamente uma surpresa, já que estes são partidos que tradicionalmente têm ampla penetração na política local e/ou ocupam importantes bases demográficas – caso do PRB, que é tradicionalmente ocupado por lideranças evangélicas.

FIGURA 8. ELEIÇÕES 2016: NÚMERO DE CANDIDATURAS EM QUE O PARTIDO É CABEÇA DE CHAPA (Número absoluto, por partido com representação no Congresso Nacional)

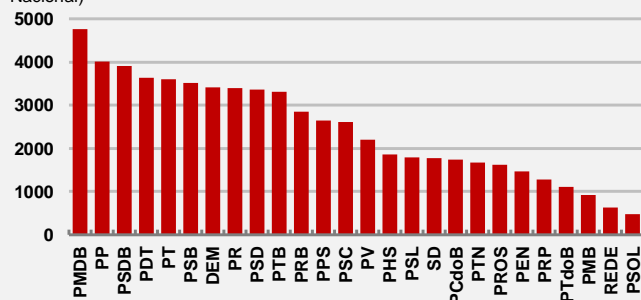


Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



A situação é um pouco diferente quando se considera em quantos municípios partidos participam de coligação – independentemente de serem ou não cabeças de chapa. DEM e PR, que estão no meio da distribuição de cabeças de chapa, movem-se mais para o topo. Já o PSOL, que quase não se coliga com outros partidos com representação no Congresso Nacional, vai para o fim da distribuição, embora esteja no meio da distribuição de cabeças de chapa.

FIGURA 9. ELEIÇÕES 2016: NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE O PARTIDO PARTICIPA DE COLIGAÇÕES OU TEM CANDIDATURAS AVULSAS (Número absoluto, por partido com representação no Congresso Nacional)



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



A POLARIZAÇÃO FISIOLÓGICA

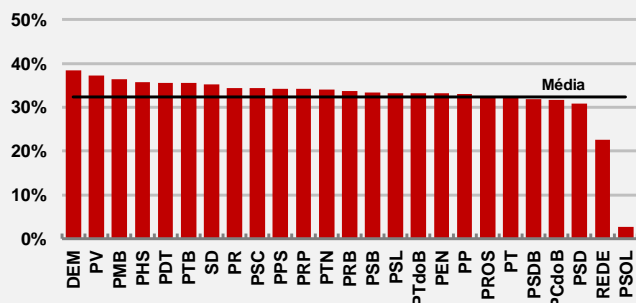
Um retrato da complexidade das alianças eleitoras brasileiras no nível municipal se dá em Miguel Alves, no Piauí. Lá, há três candidatos a prefeito em 2016: Carlucio Cruz (PDT), Oliveira Júnior (PT) e Professor Cléo (PP). À primeira vista, pareceria claro ser uma disputa entre dois candidatos de esquerda (PT e PDT) contra um de direita (PP). As coligações, no entanto, mostram um cenário mais complexo. A coligação de Carlucio (PDT / PPL / PPS / PSDC / PSC / PRB) mostra pelo menos um partido de oposição aos governos petistas (PPS) e outro que tende ao conservadorismo (PSC). A de Oliveira Junior (PCdoB / PMDB / PT / SD / PEN / PRTB / PTB / PSB / PTC / PROS / PRP) conta com pelo menos dois protagonistas do processo de impeachment da presidenta Dilma (PMDB e SD), além de outros que formaram a base de sustentação da ex-presidenta (PT e PCdoB). Por fim, a suposta candidatura de direita do Professor Léo (PSOL / PP / PSDB / PR / PSD / PMN / PSL / PHS / DEM) conta, ao mesmo tempo, com o que muitos diriam ser o partido mais à esquerda no Congresso Nacional (PSOL) e o mais importante partido de direita (DEM). Ou seja, em Miguel Alves, o PSOL está aliado com o PSDB e o DEM, em oposição ao PDT e ao PT, que, por sua vez, está aliado com o PMDB, supostamente seu maior rival contemporâneo.

Este padrão se repete no restante do país, com todos os partidos coligando-se entre si. A

complexidade dessas relações é expressa no diagrama abaixo, que reflete uma verdadeira teia de coligações dos vários partidos entre si. Os grandes partidos fisiológicos (PMDB, PP, PR, PSD) tendem a se coligar muito com todos os outros. Grandes partidos rivais (como PSDB e PT) têm muitas coligações entre si, mas em uma escala significativamente menor.

uma participação que varia entre 30-40% das coligações destas. Esse dado parece confirmar a hipótese de que partidos do bloco fisiológico da política brasileira (como o PMDB) formam alianças simplesmente para maximizar ganhos eleitorais, sem construir maiores padrões de organização ideológica.

FIGURA 13. ELEIÇÕES 2016: IMPORTÂNCIA RELATIVA DE COLIGAÇÕES COM O PMDB PARA OUTROS PARTIDOS (Fração das coligações ou candidaturas avulsas dos outros partidos em que estes estão coligados com o PMDB, por partido com representação no Congresso Nacional)



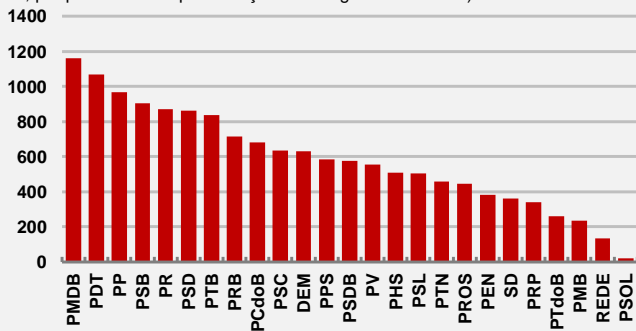
Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



DETALHES DAS COLIGAÇÕES DO PT

Em 2016, O PT mantém candidaturas avulsas ou participa de coligações em 3605 municípios, e, em termos absolutos, seus maiores parceiros são: PMDB, PDT, PP, PSB e PR. Dos maiores partidos, é notável a falta do PSDB e DEM, indicando que inclinações ideológicas parecem fazer algum efeito nas alianças petistas.

FIGURA 14. ELEIÇÕES 2016: COLIGAÇÕES ENTRE O PT E OUTROS PARTIDOS (Em municípios em que os partidos estão coligados com o PT, por partido com representação no Congresso Nacional)



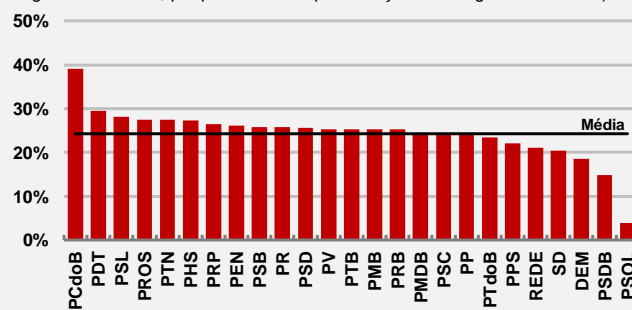
Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



As inclinações ideológicas das alianças petistas se tornam mais claras quando analisada a importância relativa do PT para os outros partidos: indicando, assim, que não há um descolamento das eleições municipais da esfera nacional. Enquanto o PCdoB se

coliga com o PT em cerca de 40% dos municípios em que o partido participa de coligações ou tem candidaturas avulsas, para DEM e PSDB essa taxa é de cerca de 20% e 15%, respectivamente. Desvios da importância relativa média do PT para outros partidos parecem ser explicados por divergências ideológicas, o que ajuda a explicar por que os partidos fisiológicos estão muito próximos à média.

FIGURA 15. ELEIÇÕES 2016: IMPORTÂNCIA RELATIVA DE COLIGAÇÕES COM O PT PARA OUTROS PARTIDOS (Fração das coligações ou candidaturas avulsas dos outros partidos em que estes estão coligados com o PT, por partido com representação no Congresso Nacional)



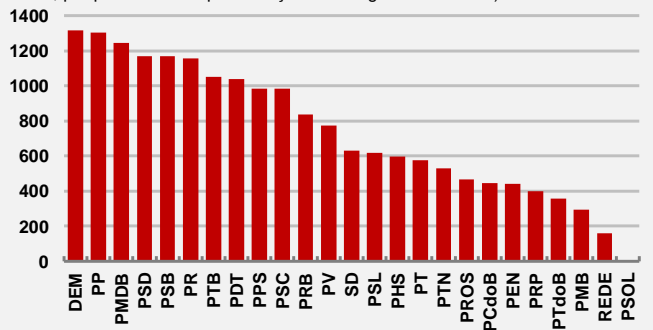
Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



DETALHES DAS COLIGAÇÕES DO PSDB

O PSDB participa de coligações em 3911 municípios, e seu aliado mais comum, em termos absolutos, é o partido que foi seu principal parceiro à época do governo Fernando Henrique Cardoso: o DEM (antigo PFL), com quem o partido se coliga em 1317 cidades. A ele, seguem-se PP (1307), PMDB (1247), PSD (1171) e PSB (1171).

FIGURA 16. ELEIÇÕES 2016: COLIGAÇÕES ENTRE O PSDB E OUTROS PARTIDOS (Em municípios em que os partidos estão coligados com o PSDB, por partido com representação no Congresso Nacional)



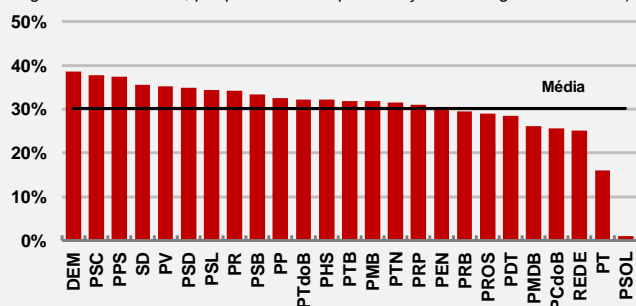
Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



Assim como no caso do PT, as inclinações ideológicas do grupo tucano são mais evidentes quando exposta a importância relativa do PSDB para

outros partidos. Entre os partidos que mais se coligam ao PSDB, destacam-se aqueles que fizeram, junto aos tucanos, oposição ao PT no nível federal: DEM e PPS. O PSC também aparece entre os primeiros – o que pode ser um reflexo de sua postura anti-petista em nível nacional e da consolidação de lideranças conservadoras em suas fileiras. Novamente, a maior parte dos partidos fisiológicos aparece próxima à média, enquanto grandes desvios da média parecem caracterizar variações ideológicas.

FIGURA 17. ELEIÇÕES 2016: IMPORTÂNCIA RELATIVA DE COLIGAÇÕES COM O PSDB PARA OUTROS PARTIDOS (Fração das coligações ou candidaturas avulsas dos outros partidos em que estes estão coligados com o PSDB, por partido com representação no Congresso Nacional)



Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.



CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Ao contrário do que muitos presumem, as tendências de aliança e vitória presentes nas eleições federais também se refletem no âmbito municipal. Partidos que fizeram oposição aos recentes governos petistas (PSDB, DEM e PPS) tendem a se coligar entre si, enquanto aqueles que fizeram parte da base ideológica (PCdoB, PSB, PDT e PR) também se coligam mais do que a média com o PT num nível municipal.

Nos últimos quatro ciclos eleitorais, os partidos aliados ao governo federal tenderam a aumentar seu número de prefeituras em relação ao ciclo anterior, enquanto os partidos de oposição reduziram sua presença nelas. Essa evidência também indica que as tendências eleitorais nas esferas municipal e federal se co-movem.

Cerca de 40% das prefeituras, contudo, são comandadas pelo meandro fisiológico da política brasileira. Há um grande contingente de partidos que

se coliga tanto com o bloco “tucano” quanto com o bloco “petista” – sendo o PMDB o representante mais importante desse bloco “fisiológico”.

Apesar de seu papel peculiar no contexto político polarizado de 2016, o PMDB continua se coligando de forma similar com a maioria dos partidos, inclusive com PT e PSDB. A importância relativa do PMDB para os outros partidos tem menos desvios ao redor de sua média do que o PT e PSDB⁶.

A despeito dessa perenidade, o contexto de ascensão dos fisiológicos ao poder no contexto nacional torna mais complexo prever o resultado das eleições municipais. Embora seja provável uma redução da dominância do grupo petista, é difícil saber se essa perda de espaço vai ser compensada, em um nível municipal, pelo grupo fisiológico ou pelo grupo tucano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Saulo Said (IESP-UERJ/FGV) e Lucas Moraes (USP) por seus relevantes comentários, a Cassiano Dalberto (UFMG) por nos enviar os dados de geo-referenciamento do IBGE e a Marília Mareto (IMP) por sua competente revisão ortográfica. Enfatizamos, contudo, que qualquer erro ou omissão deste estudo é de nossa exclusiva e integral responsabilidade.

⁶ Excluindo-se o PSOL, que é um claro *outlier*, o desvio padrão da importância relativa é de 0,029 (PMDB), 0,043 (PT) e 0,049 (PSDB).

ANEXO 1. FONTE E DETALHES DOS DADOS

Os dados utilizados neste estudo, salvo quando especificada outra fonte, foram derivados de microdados do Tribunal Superior Eleitoral, disponíveis publicamente *online* em seu “Repositório de Dados Eleitorais” (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>). Esses dados, em geral catalogados de forma textual (“strings”), foram transformados em variáveis categóricas para os 26 partidos com representação na Câmara dos Deputados de modo a permitir a catalogação estatística das coligações.

Tabela 1A. Microdados eleitorais de 2016 e outras variáveis.

Variável	Tipo	Média	Desvio Padrão	Fonte	Notas
Ano	Contínua	2016	0.0	TSE	Ano de realização da eleição
Estado	String	-	-	TSE	
Município	String	-	-	TSE	
Cargo	String	-	-	TSE	Prefeito ou vereador
Partido	String	-	-	TSE	Cabeça de chapa
Coligação	Categórica	0.8	0.4	Cálculo dos autores	1 = coligação, 0 = candidatura avulsa
Partidos na coligação	String	-	-	TSE	
População	Contínua	64,271	371,099	IBGE	
Taxa de pobreza	Contínua	23%	18%	PNUD	
IDH-M	Contínua	0.66	0.07	PNUD	Índice de Desenvolvimento Humano do Município
Renda per capita	Contínua	513.6	260.7	PNUD	
Candidaturas por município	Contínua	3.6	1.9	Cálculo dos autores	
Dummies de partido	Categórica	-	-	Cálculo dos autores	1 = partido participa da coligação, 0 = partido não participa da coligação
Latitude	Contínua	-16.3	8.3	IBGE	Coordenada georeferenciada da sede do município
Longitude	Contínua	-46.1	6.4	IBGE	Coordenada georeferenciada da sede do município

Fontes: Microdados do Tribunal Superior Eleitoral; IBGE – Censo Demográfico de 2010; PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Tabela 1B. Microdados Demográficos de 1996-2016.

Variável	Tipo	Fonte	Notas
Ano	Contínua	TSE	Ano de realização da eleição
Estado	String	TSE	
Município	String	TSE	
Zona Eleitoral	Contínua	TSE	
Sexo	Categórica	TSE	
Faixa de idade	Categórica	TSE	16 anos; 17 anos; 18 a 20 anos; 25 a 34 anos; 35 a 44 anos; 45 a 59 anos; 60 a 69 anos; 70 a 79 anos; mais de 70 anos.
Escolaridade	Categórica	TSE	Analfabeto; Lê e escreve; Fundamental incompleto; Fundamental completo; Médio incompleto; Médio completo; Superior incompleto; Superior completo.
Quantidade em faixa	Contínua	TSE	

Fontes: Microdados do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 1C. Microdados Eleitorais de 1996-2012.

Variável	Tipo	Média	Desvio Padrão	Fonte	Notas
Ano	Contínua	2004	5.6	TSE	Ano de realização da eleição
Estado	String	-	-	TSE	
Município	String	-	-	TSE	
Prefeito	String	-	-	TSE	Nome do prefeito eleito no ano/município
Partido	String	-	-	TSE	Partido do prefeito eleito no ano/município
Dummies de partido	Categórica	-	-	Cálculo dos autores	1 = partido comanda aquele município naquele ano, 0 = partido não comanda aquele município naquele ano

Fontes: Microdados do Tribunal Superior Eleitoral.

ANEXO 2. SÉRIES TEMPORAIS DE PREFEITURAS POR PARTIDO

Tabela 2A. Número absoluto de prefeituras por partido.

	1996	2000	2004	2008	2012	Média 1996-2012
PMDB	1305	1255	1057	1202	1022	1168.2
PSDB	926	989	874	790	695	854.8
DEM/1	935	1029	791	496	278	705.8
PSD	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	498	498
PP	0	617	550	551	475	438.6
PTB /2	504	508	422	413	297	428.4
PT	117	187	411	557	638	382
PDT	433	289	305	351	307	337
PR /3	233	250	389	385	275	306.4
PSB	150	133	174	312	440	241.8
PPS	32	166	306	129	125	151.6
PV	13	13	57	75	100	51.6
PSC	49	33	26	57	82	49.4
PRB	0	0	0	54	80	26.8
PRP	31	16	37	17	23	24.8
PCdoB	0	0	10	41	54	21
PSL	11	26	26	15	23	20.2
PTdoB	5	6	23	8	25	13.4
PHS	0	6	26	13	16	12.2
PTN	1	2	5	16	12	7.2
PSOL	n.e.	n.e.	n.e.	0	2	1
PROS	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	0	0
REDE	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.d.
SD	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.d.
PEN	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.d.
PMB	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.d.

Fontes: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral. Notas: n.e. = partido não existia na época da eleição; n.d. = dado não disponível; 1/ Números do DEM incluem as prefeituras do antigo PFL; 2/ Números do PTB incluem dados do PAN (fusão em 2007) e do antigo PSD (fusão em 2003); 3/ Números do PR incluem dados dos partidos que se fundiram em sua criação: PL, PRONA, PGT e PST.

Tabela 2B. Percentual de prefeituras por partido.

	1996	2000	2004	2008	2012	Média 1996-2012
PMDB	27.5%	22.7%	19.3%	21.9%	18.7%	20.4%
PSDB	19.5%	17.9%	15.9%	14.4%	12.7%	14.9%
DEM/1	19.7%	18.6%	14.4%	9.0%	5.1%	12.3%
PSD	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	9.1%	8.7%
PP	0.0%	11.2%	10.0%	10.1%	8.7%	7.6%
PTB /2	10.6%	9.2%	7.7%	7.5%	5.4%	7.5%
PT	2.5%	3.4%	7.5%	10.2%	11.7%	6.7%
PDT	9.1%	5.2%	5.6%	6.4%	5.6%	5.9%
PR /3	4.9%	4.5%	7.1%	7.0%	5.0%	5.3%
PSB	3.2%	2.4%	3.2%	5.7%	8.0%	4.2%
PPS	0.7%	3.0%	5.6%	2.4%	2.3%	2.6%
PV	0.3%	0.2%	1.0%	1.4%	1.8%	0.9%
PSC	1.0%	0.6%	0.5%	1.0%	1.5%	0.9%
PRB	0.0%	0.0%	0.0%	1.0%	1.5%	0.5%
PRP	0.7%	0.3%	0.7%	0.3%	0.4%	0.4%
PCdoB	0.0%	0.0%	0.2%	0.7%	1.0%	0.4%
PSL	0.2%	0.5%	0.5%	0.3%	0.4%	0.4%
PTdoB	0.1%	0.1%	0.4%	0.1%	0.5%	0.2%
PHS	0.0%	0.1%	0.5%	0.2%	0.3%	0.2%
PTN	0.0%	0.0%	0.1%	0.3%	0.2%	0.1%
PSOL	n.e.	n.e.	n.e.	0.0%	0.0%	0.0%
PROS	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	0.0%	0.0%
REDE	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
SD	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
PEN	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.
PMB	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.	n.e.

Fontes: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral. Notas: Dados normalizados de modo que a soma de cada coluna é igual a 100%; n.e. = partido não existia na época da eleição; n.d. = dado não disponível; 1/ Números do DEM incluem as prefeituras do antigo PFL; 2/ Números do PTB incluem dados do PAN (fusão em 2007) e do antigo PSD (fusão em 2003); 3/ Números do PR incluem dados dos partidos que se fundiram em sua criação: PL, PRONA, PGT e PST.

ANEXO 3. MATRIZ DE COLIGAÇÕES

Tabela 3A. Eleições 2016: Coligações entre Partidos com Representação no Congresso Nacional

(Número de municípios em que os partidos estão coligados entre si; diagonal representa número total de municípios em que partido participa de coligações ou tem candidaturas avulsas; por causa das candidaturas avulsas e coligações pluri-partidárias, total da coluna não necessariamente é igual ao total da diagonal)



	PMDB	PT	PSDB	PP	PR	PSD	PSB	DEM	PRB	PDT	PTB	SD	PTN	PCdoB	PSC	PPS	PHS	PV	PSOL	PROS	REDE	PTdoB	PEN	PSL	PMB	PRP	
PMDB	4759	1162	1247	1327	1165	1039	1176	1312	961	1292	1173	626	572	553	896	903	665	817	13	528	143	367	487	596	338	439	PMDB
PT	1162	3605	578	969	871	863	907	631	717	1070	837	363	460	680	634	583	508	557	19	447	133	260	384	504	234	341	PT
PSDB	1247	578	3911	1304	1157	1171	1171	1317	838	1038	1054	631	529	447	984	987	599	773	5	469	159	356	443	618	296	399	PSDB
PP	1327	969	1304	4008	1098	1168	1137	1106	897	1127	1128	569	556	539	890	899	591	752	12	535	138	324	445	597	291	379	PP
PR	1165	871	1157	1098	3387	993	1013	1068	885	991	915	560	547	482	847	777	548	678	12	493	142	349	460	596	297	438	PR
PSD	1039	863	1171	1168	993	3361	1053	1036	822	999	950	537	534	544	873	787	599	684	11	514	141	340	472	591	287	413	PSD
PSB	1176	907	1171	1137	1013	1053	3516	1010	846	1026	975	583	508	563	811	872	603	701	15	532	171	374	478	590	314	437	PSB
DEM	1312	631	1317	1106	1068	1036	1010	3409	792	1012	1009	610	495	420	872	861	539	730	11	487	148	352	471	551	280	413	DEM
PRB	961	717	838	897	885	822	846	792	2844	828	777	508	523	469	743	737	561	596	11	474	147	318	441	525	277	387	PRB
PDT	1292	1070	1038	1127	991	999	1026	1012	828	3634	1021	560	524	587	799	825	590	676	11	490	163	346	462	587	315	430	PDT
PTB	1173	837	1054	1128	915	950	975	1009	777	1021	3304	531	504	441	786	774	541	657	6	447	129	331	421	537	262	388	PTB
SD	626	363	631	569	560	537	583	610	508	560	531	1777	332	349	495	490	384	461	7	358	117	287	338	353	243	294	SD
PTN	572	460	529	556	547	534	508	495	523	524	504	332	1678	328	462	411	412	422	12	332	107	252	313	405	193	266	PTN
PCdoB	553	680	447	539	482	544	563	420	469	587	441	349	328	1741	409	390	370	372	16	336	120	262	302	342	192	282	PCdoB
PSC	896	634	984	890	847	873	811	872	743	799	786	495	462	409	2607	670	519	616	12	453	139	308	435	522	244	385	PSC
PPS	903	583	987	899	777	787	872	861	737	825	774	490	411	390	670	2636	500	598	9	395	145	298	397	454	246	371	PPS
PHS	665	508	599	591	548	599	603	539	561	590	541	384	412	370	519	500	1864	459	8	347	118	297	348	434	254	288	PHS
PV	817	557	773	752	678	684	701	730	596	676	657	461	422	372	616	598	459	2196	11	399	122	285	383	430	248	324	PV
PSOL	13	19	5	12	12	11	15	11	11	11	6	7	12	16	12	9	8	11	486	13	4	2	11	9	6	3	PSOL
PROS	528	447	469	535	493	514	532	487	474	490	447	358	332	336	453	395	347	399	13	1622	110	228	291	346	209	283	PROS
REDE	143	133	159	138	142	141	171	148	147	163	129	117	107	120	139	145	118	122	4	110	632	84	103	102	76	103	REDE
PTdoB	367	260	356	324	349	340	374	352	318	346	331	287	252	262	308	298	297	285	2	228	84	1107	245	279	159	222	PTdoB
PEN	487	384	443	445	460	472	478	471	441	462	421	338	313	302	435	397	348	383	11	291	103	245	1470	320	201	291	PEN
PSL	596	504	618	597	596	591	590	551	525	587	537	353	405	342	522	454	434	430	9	346	102	279	320	1794	204	314	PSL
PMB	338	234	296	291	297	287	314	280	277	315	262	243	193	192	244	246	254	248	6	209	76	159	201	204	928	177	PMB
PRP	439	341	399	379	438	413	437	413	387	430	388	294	266	282	385	371	288	324	3	283	103	222	291	314	177	1285	PRP
	PMDB	PT	PSDB	PP	PR	PSD	PSB	DEM	PRB	PDT	PTB	SD	PTN	PCdoB	PSC	PPS	PHS	PV	PSOL	PROS	REDE	PTdoB	PEN	PSL	PMB	PRP	

Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.

www.mercadopopular.org

ANEXO 4. MATRIZ DE COLIGAÇÕES COM CABEÇAS DE CHAPA

Tabela 4A. Eleições 2016: Coligações entre Partidos com Representação no Congresso Nacional

(Número de municípios em que os partidos estão coligados entre si, incluindo-se somente como coligação aquelas com partidos que são cabeças de chapa; diagonal representa número total de municípios em que partido participa é cabeça de chapa)



PARTIDO CABEÇA DE CHAPA

PARTIDO COLIGADO	PARTIDO CABEÇA DE CHAPA																											
	PMDB	PT	PSDB	PP	PR	PSD	PSB	DEM	PRB	PDT	PTB	SD	PTN	PCdoB	PSC	PPS	PHS	PV	PSOL	PROS	REDE	PTdoB	PEN	PSL	PMB	PRP		
PMDB	2273	197	221	407	114	159	167	130	291	309	162	25	14	30	28	34	20	45	0	22	5	9	7	26	10	8		
PT	408	1179	90	374	97	177	146	43	265	317	113	21	23	74	35	36	28	42	1	30	7	9	14	33	3	7		
PSDB	445	78	1242	442	143	197	146	178	238	236	140	28	31	32	61	66	21	37	1	28	8	5	4	39	4	8		
PP	411	112	291	1742	98	190	157	123	289	149	132	28	13	36	40	48	17	43	1	17	2	5	5	13	5	3		
PR	457	169	262	381	634	179	156	95	299	234	149	31	24	41	53	46	19	36	1	20	5	3	9	34	4	8		
PSD	338	147	297	369	109	873	161	125	209	216	133	24	19	39	56	61	14	27	1	26	4	8	17	21	12	10		
PSB	398	165	277	395	113	158	823	125	245	244	136	29	22	56	51	62	22	31	0	27	7	13	11	40	4	10		
DEM	506	87	341	369	133	199	139	624	249	245	160	29	15	27	51	53	15	32	0	22	8	8	11	30	2	11		
PRB	283	83	210	164	84	157	122	84	1141	145	84	33	15	35	23	41	14	26	0	26	1	5	5	13	4	4		
PDT	414	159	241	401	95	180	174	104	249	1193	96	27	13	41	34	43	12	32	0	20	5	6	6	27	7	8		
PTB	382	161	284	389	87	148	160	115	243	271	755	25	15	22	39	43	16	28	0	28	3	10	9	23	4	10		
SD	234	47	172	144	58	106	102	85	132	121	81	245	15	33	24	36	12	24	0	18	2	7	9	17	10	5		
PTN	203	102	120	167	55	102	91	49	190	131	76	25	172	19	25	29	9	23	1	18	7	5	7	20	2	6		
PCdoB	191	187	103	163	51	106	92	33	141	131	45	18	16	278	21	25	9	21	2	17	6	6	6	18	4	12		
PSC	346	100	256	279	89	155	135	93	237	180	115	22	19	30	324	49	13	34	1	26	8	11	10	26	2	6		
PPS	330	84	268	285	85	125	143	111	235	208	102	28	10	29	44	389	17	32	2	15	6	8	4	25	2	12		
PHS	232	98	145	175	56	100	106	69	179	147	80	26	19	30	34	31	197	30	1	18	6	3	4	21	7	8		
PV	287	95	209	215	69	122	109	94	184	155	106	24	14	24	24	49	14	299	1	27	4	3	11	20	3	7		
PSOL	3	9	0	3	1	2	5	0	2	4	3	0	1	2	2	4	0	1	437	0	3	0	2	0	0	0		
PROS	210	92	125	141	66	101	99	54	106	120	65	16	17	18	28	37	10	23	0	215	5	7	9	17	5	8		
REDE	50	33	39	42	14	23	44	12	51	45	15	10	4	12	1	9	2	10	0	8	177	2	2	6	1	6		
PTdoB	158	44	87	89	53	49	66	46	95	78	48	13	12	21	14	23	11	19	0	8	8	116	4	12	4	6		
PEN	168	56	118	120	59	89	75	69	140	111	50	16	20	25	25	29	6	28	2	18	7	5	171	18	5	10		
PSL	210	86	160	182	63	109	97	49	174	158	83	23	13	26	24	29	13	19	1	22	7	11	5	189	4	2		
PMB	122	48	67	76	35	56	64	39	94	81	29	11	9	14	16	19	8	13	0	9	3	1	4	7	79	4		
PRP	167	59	95	114	61	63	84	51	123	94	55	17	9	22	26	20	9	16	0	17	6	5	10	14	2	119		

Fonte: Cálculos dos autores com microdados do Tribunal Superior Eleitoral.

www.mercadopopular.org